

GRB Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas
acompanhadas do relatório do auditor independente em
31 de dezembro de 2023 e 2022

Ref.: Relatório nº 245CU-001-PB



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Demonstrações financeiras individuais e consolidadas	6
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras individuais e consolidadas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.

Praça Carlos Chagas, 49 - 4º andar
Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG)
Brasil
T +55 31 3289-6000
www.grantthornton.com.br

Aos Administradores e Acionistas da
GRB Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A.
Belo Horizonte – MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas individuais e consolidadas da GRB Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e as respectivas demonstrações dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para os exercícios findos nestas datas, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da GRB Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A. em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme referido nas Notas Explicativas nºs 1 e 9 às demonstrações financeiras, o projeto da Companhia para implementação de unidades de produção de energia fotovoltaica está em curso e tem conclusão prevista para 2025. O investimento inclui a implantação de plantas para geração e transmissão, de energia fotovoltaica, sendo sua estrutura de capital, até esse momento, endereçada pelos acionistas da Companhia. Como tal, estas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. Nossa opinião não está modificada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; e
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada; e

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente as informações financeiras da entidade ou atividade de negócio da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época da auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 15 de maio de 2024

Grant Thornton Auditoria e Consultoria Ltda.
CRC MG-015.704/F-3



Daniel Menezes Vieira
Contador CRC 1MG-078.081/O-1

GRB Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares reais)

Ativo

	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	40.591	1	40.959
Outros ativos	-	16	-	49
Total do ativo circulante		40.607	1	41.008
Ativo não circulante				
Partes relacionadas	6	-	-	29.763
Investimentos	7	174.074	-	-
Imobilizado em andamento	8	-	-	155.664
Intangível	9	-	-	6.794
Direito de uso	10	-	-	23.875
Total do ativo não circulante		174.074	-	216.096
Total do ativo		214.681	1	257.104

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GRB Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares reais)

Passivo e patrimônio líquido

	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Passivo circulante				
Fornecedores	11	138	3	15.896
Tributos a recolher	13	890	-	1.400
Arrendamentos	10	-	-	331
Total do passivo circulante		1.028	3	17.627
Passivo não circulante				
Arrendamentos	10	-	-	24.602
Partes relacionadas	6	820	-	2.042
Adiantamento para futuro aumento de capital	12	54.541	-	54.541
Total do passivo não circulante		55.361	-	81.185
Patrimônio líquido				
Capital social	14	160.786	1	160.786
Prejuízos acumulados	-	(2.494)	(3)	(2.494)
Total do patrimônio líquido		158.292	(2)	158.292
Total do passivo e do patrimônio líquido		214.681	1	257.104

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GRB Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares reais)

	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Despesas gerais e administrativas	15	(1.910)	(3)	(2.468)
Equivalência patrimonial	7	(579)	-	-
Receitas (despesas) financeiras	16	6	-	(15)
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		(2.483)	(3)	(2.483)
Imposto de renda e contribuição social	-	(8)	-	(8)
Prejuízo do exercício		(2.491)	(3)	(2.491)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GRB Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações do resultado abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares reais)

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Prejuízo do exercício	(2.491)	(3)	(2.491)
Outros resultados abrangentes	-	-	-
Total dos resultados abrangentes	(2.491)	(3)	(2.491)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GRB Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares reais)

	Notas	Capital social	Prejuízos acumulados	Patrimônio líquido
Saldos em 26 de julho de 2022	-	-	-	-
Aumento de capital	-	1	-	1
Prejuízo do período	-	-	(3)	(3)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	14	1	(3)	(2)
Aumento de capital	.14	160.785	-	160.785
Prejuízo do exercício	-	-	(2.491)	(2.491)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	14	160.786	(2.494)	158.292

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

GRB Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022

(Valores expressos em milhares reais)

	Notas	Controladora		Consolidado
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Prejuízo líquido do exercício	-	(2.491)	(3)	(2.491)
Ajustes para reconciliar o prejuízo líquido do exercício ao caixa líquido				
Resultado de equivalência patrimonial	7	579	-	-
Redução (aumento) nos ativos operacionais:				
Partes relacionadas	-	-	-	(29.763)
Outros ativos	-	(16)	-	(49)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Fornecedores	11	135	3	135
Obrigações tributárias	-	890	-	1.400
Partes relacionadas	6	820	-	2.042
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais		(83)	-	(28.726)
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de ativo imobilizado	8	-	-	(138.478)
Aquisição de ativo intangível	9	-	-	(6.794)
Adiantamento para futuro aumento de capital	7	(174.653)	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(174.653)	-	(145.272)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aumento de capital	14	160.785	1	160.785
Adiantamento para futuro aumento de capital próprio	12	54.541	-	54.541
Pagamento de arrendamentos	10	-	-	(370)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos		215.326	1	214.956
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		40.590	1	40.958
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	1	-	1
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	40.591	1	40.959
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa		40.590	1	40.958

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A GRB Geradores de Energia, Máquinas e Equipamentos S.A. (“GRB”, “Companhia” ou “Controladora”) e suas controladas (conjuntamente referidas como “Companhia” e individualmente como “sociedades” ou “entidades da Companhia”) têm como atividade principal a geração de energia fotovoltaica; aluguel e leasing operacional de máquinas e equipamentos comerciais e industriais, e; participação, como acionista quotista, em outras sociedades.

A GRB é uma sociedade anônima que se rege por Estatuto Social e pelas demais disposições legais que lhe forem aplicáveis, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 47.358.707/0001-38, e encontra-se estabelecida na Rua Rio Grande do Norte, 1436. Sala 1101, Savassi, Cidade de Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

A GRB exerce a função de *holding*, participando no capital de outras sociedades de forma direta e indireta, dedicadas primariamente na geração e transmissão de energia fotovoltaica, e ainda detém a participação em outras empresas., além de participações diretas e indiretas em 10 Sociedades de Propósito Específico (SPE). Vide Nota Explicativa nº 3.1.

A Companhia foi fundada em julho de 2022 através de uma parceria entre as empresas RB Energia e Serviços Ltda. e Detronic Energia Investimentos e Participações Ltda., ambas sob controle comum. Em março de 2023, a RB Energia transferiu suas quotas para a Detronic. Em abril do mesmo ano, a Clean Energy Solutions Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia Investimento no Exterior tornou-se sócia da GRB em conjunto com a Detronic. Neste sentido alterações societárias ocorridas na GRB e suas controladas não são aplicáveis ao CPC 15, combinação de negócios. Desta forma, a transação de incorporação das controladas foi realizada pelo valor de livros.

A Companhia encontra-se em fase pré-operacional em 31 de dezembro de 2023, com previsão de início das atividades em 2025.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e as normas internacionais de relatório financeiro *International Financial Reporting Standards (IFRS)*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico e ajustadas para refletir o valor justo de instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo.

Adicionalmente, as demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e daquelas empresas em que a Companhia detém o controle (direto e indireto), os saldos e as transações entre empresas, que incluem lucros não realizados, são eliminados. Uma lista com as empresas mais relevantes, incluindo subsidiárias, coligadas e controladas em conjunto, e as políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas estão descritas na Nota Explicativa nº 3.1.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas no curso normal dos negócios considerando o custo histórico como base de valor, passivos e ativos a valor presente ou valor realizável.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Administração avalia a capacidade da Companhia de dar continuidade às suas atividades quando na elaboração das demonstrações financeiras anuais.

Todos os valores apresentados nestas demonstrações financeiras anuais estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.3. Aprovação das demonstrações financeiras

Em 15 de maio de 2024, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia.

3. Políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas

3.1. Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as participações no capital social das controladas, dos empreendimentos controlados em conjunto e das coligadas são mensuradas pelo método de equivalência patrimonial, que reconhece o investimento inicialmente pelo custo e subsequentemente ajusta os valores contábeis desses investimentos com base nos lucros ou prejuízos gerados pelas investidas, na proporção da participação detida, e nas distribuições de dividendos ou juros de capital próprio. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos de ativos, passivos, resultados e fluxos de caixa das controladas são integralmente considerados e classificados de acordo com sua natureza. A inclusão dos saldos contábeis das controladas nas demonstrações consolidadas inicia na data em que o controle é detido pela Companhia e é interrompido a partir na data em que a Companhia deixa de ter o controle. As práticas contábeis relevantes da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

Quando necessário, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão domiciliadas no Brasil.

a) Controladas: o investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. O investidor tem poder sobre a investida quando tem direitos existentes que lhe dão a capacidade atual de dirigir as atividades relevantes, ou seja, as atividades que afetam significativamente os retornos da investida.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e de suas controladas. Todas as transações, saldos, receitas, custos e despesas entre as controladas da Companhia são completamente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas.

b) Investimentos em coligadas: Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configuram como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

c) Controladas em conjunto: Negócio em conjunto é aquele em que duas ou mais partes têm o controle conjunto estabelecido contratualmente, podendo ser classificado como uma operação em conjunto ou um empreendimento controlado em conjunto, dependendo dos direitos e obrigações das partes.

Abaixo, segue relação das empresas controladas em conjunto, adquiridas pela GRB em 13 de março de 2023, ano de início das demonstrações financeiras consolidadas:

As empresas controladas foram constituídas sob a forma de Sociedade de Propósitos Específicos (SPE) e possuem como atividade principal a geração e transmissão de energia fotovoltaica completamente eliminados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas
Referente aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022
(valores expressos em milhares reais - R\$ mil, exceto quando indicado de outra forma)

Sociedades	Local de operação	% - Participação	% - Participação
		societária	econômica
SPE Detronic 1 Ltda.	Paraopeba - MG	100,00%	100,00%
SPE Detronic 2 Ltda.	Sete Lagoas - MG	100,00%	100,00%
SPE Detronic 3 Ltda.	Igarapé - MG	100,00%	100,00%
SPE Detronic 4 Ltda.	Pedro Leopoldo e Prudente de Moraes - MG	100,00%	100,00%
SPE Detronic 5 Ltda.	Igarapé e Porteirinha - MG	100,00%	100,00%
SPE Detronic 6 Ltda.	Monte Carmelo - MG	100,00%	100,00%
SPE Detronic 7 Ltda.	Araxá e Santa Rita de Caldas - MG	100,00%	100,00%
SPE Detronic 8 Ltda.	Igarapé - MG	100,00%	100,00%
SPE Detronic 9 Ltda.	Santa Rita de Caldas - MG	100,00%	100,00%
SPE Detronic 10 Ltda.	Andradas - MG	100,00%	100,00%
Usina solar Inconfidentes II Ltda.	Igarapé - MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes III Ltda.	Igarapé - MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes V Ltda.	Sete Lagoas - MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes X Ltda.	Araxá - MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes XII Ltda.	Igarapé - MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes XIII Ltda.	Andradas e Santa Rita de Caldas - MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes XIV Ltda.	Andradas - MG	49,90%	100,00%
Usina solar Inconfidentes XV Ltda.	Monte Carmelo - MG	49,90%	100,00%
Oitavas UFV locação solar S.A.	Monte Carmelo - MG	49,80%	100,00%
Veredas consultoria empresarial Ltda.	Paraopeba - MG	49,00%	100,00%

A GRB é responsável pela gestão e tomada de decisões de todas as empresas controladas, incluindo aquelas em que não detém 100% de participação, razão pela qual todas são consolidadas. No caso das empresas com participação societária inferior a 50%, a GRB possui uma opção de compra das quotas remanescentes por um valor simbólico de mil reais cada, a qual será exercida após o início das operações comerciais, quando legalmente os direitos dos pareceres de acesso puderem ser transferidos. Considerando que a GRB já detém todo o controle, possui as opções de compra, as procurações para assinar pelos outros sócios para exercer as opções, e tem a intenção de exercê-las, o que é fundamental para as atividades operacionais, a administração da Companhia entende que, economicamente, estas empresas já são 100% da GRB. Por este motivo, é considerado o percentual das participações econômicas das controladas para calcular a equivalência patrimonial.

3.2. Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional e de apresentação da Companhia é o real brasileiro (BRL).

3.3. Reconhecimento de receitas

Processo para reconhecimento da receita:

No processo de reconhecimento da receita de contratos com clientes foram adotados os preceitos introduzidos pelo CPC 47 contemplando as orientações do Ofício CVM/SNC/SEP 02/2018, aonde a transferência do controle do bem ou serviço contratado poderá ser evidenciada em um momento específico do tempo (“at a point in time”) ou ao longo do tempo (“over time”).

Para definição da forma de apropriação da receita, é preciso verificar o cumprimento das obrigações de performance. Tal verificação se dá em cinco etapas: 1) identificação do contrato; 2) identificação das obrigações de desempenho; 3) determinação do preço da transação; 4) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho; 5) reconhecimento da receita.

As receitas são reconhecidas à medida que a Companhia satisfaz suas obrigações estabelecidas nos contratos com os clientes, sendo mensuradas com base nos valores das contraprestações que espera receber em troca do desempenho das atividades de geração, transmissão e de outros serviços.

Como a Companhia e suas controladas estão em fase pré-operacional nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não houve reconhecimento de receitas nestes exercícios.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem substancialmente depósitos à vista e certificados de depósitos bancários compromissados, denominados em Reais, com alto índice de liquidez de mercado e vencimentos contratuais não superiores a 90 dias, e para os quais inexistem multas ou quaisquer outras restrições para seu resgate imediato, junto ao emissor do instrumento, tampouco riscos de mercado.

Os equivalentes de caixa são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, onde sua variação tanto positiva como negativa afeta a demonstração de resultado. Os equivalentes de caixa são mantidos para atender compromissos de curto prazo.

3.5. Partes relacionadas

A Companhia elimina nas demonstrações financeiras consolidadas, as transações e os saldos existentes com partes relacionadas.

De acordo com sua política, a Companhia pode realizar transações com partes relacionadas para aproveitar sinergias e alcançar eficiência operacional, melhorando assim, seu resultado conjuntamente considerado. Sendo realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, garantindo que não haja negócios que beneficiem exclusivamente uma das partes.

Os processos negociais e decisórios devem ser efetivos, independentes e dotados de comutatividade ou de pagamento compensatório adequado. Assim, evita-se o favorecimento indevido da parte relacionada em detrimento do interesse da sociedade.

3.6. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento e são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação são diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) e são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Ativos financeiros

A classificação de ativos financeiros é baseada no modelo de negócios no qual o ativo é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais (binômio fluxo de caixa contratual e modelo de negócios), conforme resumo demonstrado abaixo:

Categorias / mensuração	Condições para definição da categoria
Custo amortizado	Os ativos financeiros (AF) mantidos para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas, de acordo com o modelo de negócios (MN) da empresa.
A valor justo por meio de resultados abrangentes ("VJORA")	Não há definição específica quanto à manutenção dos AF para receber os fluxos de caixa contratuais nas datas específicas ou realizar as vendas dos AF no MN da empresa.
A valor justo por meio de resultado ("VJR")	Todos os outros ativos financeiros.

Todas as aquisições ou alienações regulares de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações regulares correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou transferem o ativo e substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade para outra empresa. Na baixa de um ativo financeiro em sua totalidade, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber é reconhecida no resultado.

Passivos financeiros

São classificados no reconhecimento inicial ao: **(i)** custo amortizado; ou **(ii)** mensurado ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros da Companhia, estão classificados como mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, e incluem os empréstimos e financiamentos, contas a pagar a fornecedores, obrigações com empresas ligadas e contas a pagar por aquisição de terrenos.

Os mencionados passivos financeiros são reconhecidos inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos das transações, quando aplicável. Na data das demonstrações financeiras, estão apresentados pelos seus reconhecimentos iniciais, deduzidos das amortizações das parcelas de principal, quando aplicável, e acrescidos dos correspondentes encargos incorridos. Os custos de transações estão apresentados como redutores do passivo circulante e não circulante, sendo apropriados ao resultado no mesmo prazo de pagamento do financiamento que o originou, com base na taxa efetiva de cada transação.

O desreconhecimento de passivos financeiros ocorre somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a soma da contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.7. Imobilizado

Os imobilizados são registrados ao custo de aquisição, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se aplicável.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou se nenhum benefício econômico-futuro for esperado do seu uso ou venda eventual. Ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

As depreciações são calculadas com base no método linear, tomando-se a vida útil estimada dos ativos.

A Companhia avalia, ao fim de cada período, o valor recuperável de seus imobilizados, e se houver indicação de perdas, são reconhecidas no resultado do exercício.

3.8. Intangível

Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Ativos intangíveis são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

3.9. Arrendamentos

A companhia avalia se um contrato é ou contém arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso do ativo identificado por um período, em troca de contraprestações.

Tal avaliação é realizada no momento inicial. Isenções são aplicadas para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor.

O custo do ativo de direito de uso compreende: (i) o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento; (ii) quaisquer pagamentos de arrendamentos efetuados até a data; (iii) custos diretos incorridos; e (iv) estimativa de custos a serem incorridos na desmontagem e remoção do ativo, quando aplicável e está reconhecido na rubrica “Imobilizado”.

O passivo de arrendamento é mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento, descontados pela taxa implícita ou taxa incremental sobre empréstimos do arrendatário, representando a obrigação de efetuar os pagamentos do arrendamento e está reconhecido na rubrica “Outras contas a pagar”.

Na mensuração do passivo de arrendamento, as contraprestações incorporam a inflação efetiva até o período corrente e são descontadas a taxas nominais que representam os custos de captação da Companhia. Ao considerar os fluxos futuros com expectativa inflacionária, a Companhia avaliou como não materiais os impactos no passivo de arrendamento e ativo de direito de uso, nas despesas de depreciação e despesa financeira.

Como arrendatário, a Companhia identificou contratos que contém arrendamentos, referente aos aluguéis da sua sede principal, sedes regionais e lojas comerciais. Os referidos contratos têm vigência entre um e dez anos e, para fins de estimativa do reconhecimento inicial do passivo de arrendamento e do direito de uso, considerou-se uma prorrogação do prazo do arrendamento por igual período para as sedes e o prazo contratual para as lojas comerciais.

Ao determinar o prazo de arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para exercer a opção de extensão, ou não exercer uma opção de rescisão. As opções de extensão (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo de arrendamento apenas se o prazo de arrendamento for razoavelmente certo de ser estendido (ou não rescindido). A avaliação é revista se ocorrer um evento significativo ou uma alteração significativa nas circunstâncias que afete essa avaliação e que esteja dentro do controle da Companhia. A avaliação de extensão dos contratos afeta o valor dos passivos de arrendamentos e dos ativos de direito de uso reconhecidos.

No resultado do período é reconhecida uma despesa de depreciação do ativo de direito de uso e uma despesa de juros do passivo de arrendamento.

3.10. Provisões

As provisões, incluindo as provisões para riscos cíveis e trabalhistas, são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.11. Tributação

Imposto de renda e contribuição social

A Companhia apura os impostos pelo Lucro presumido, a base de cálculo do Imposto de Renda e da Contribuição Social para as receitas brutas de serviços a base é calculada à razão de 32%. Para as receitas financeiras a base é de 100%, sobre os quais se aplicam as alíquotas regulares do respectivo imposto e contribuição.

3.12. Adiantamento para futuro aumento de capital

Os recursos concedidos às investidas, a título de adiantamento para futuro aumento de capital, são classificados em rubrica específica do ativo não circulante, e não em investimentos, quando a totalidade das condições para a integralização desses recursos no capital social das investidas não estiverem satisfeitas, principalmente no que se relaciona com a quantidade de ações. Os adiantamentos para futuro aumento de capital são mensurados inicialmente pelo valor justo, que nesses casos tem coincidido com os valores da transação.

No passivo não circulante, o adiantamento para futuro aumento de capital são aportes efetuados pelos sócios à companhia com objetivo de captar recursos para investimentos ou desenvolvimento das atividades empresariais, para futura utilização no aumento do capital social.

3.13. Demonstração dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o estabelecido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

4. Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas

Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e adotados pela Companhia no exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou uma série de alterações às IFRS emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), que são obrigatoriamente válidas para um período contábil que se inicie em ou após 1o de janeiro de 2023. A Companhia não identificou impactos quanto às aplicações das alterações normativas emitidas pelo IASB e pelo CPC.

Pronunciamentos contábeis e interpretações emitidos recentemente e ainda não adotados pela Companhia

Até a data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, que já foram emitidas pelo IASB, mas não entraram em vigor no exercício de 2023.

A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC.

- IFRS 17/CPC 50 – Contratos de Seguros;
- Alterações IFRS 10/CPC 36 (R3) – Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e IAS 28/CPC 18 (R2) sua coligada ou *joint venture*;
- Alterações às IAS 1/CPC 26 (R1) – Classificação de passivos como circulante e não circulante;
- Alterações às IAS 1/CPC 26 (R1) – Divulgação de Políticas Contábeis IFRS Declaração da Prática 2;
- Alterações às IAS 8/CPC 23 – Definição de Estimativas Contábeis; e
- Alterações às IAS 12/CPC 32 – Imposto Diferido Relacionado a Ativos e Passivos resultantes de uma única transação.

A administração da Companhia não espera que a adoção das normas listadas acima tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia em períodos futuros.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	40.591	1	40.959
Total	40.591	1	40.959

Os valores de caixa e equivalentes de caixa estão disponíveis para uso imediato e têm risco insignificante de alteração de valor.

6. Partes relacionadas

Os saldos com partes relacionadas da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 são:

Patrimonial	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Ativos			
Adiantamentos a Detronic (a)	-	-	29.763
Total	-	-	29.763
Passivos			
Contas a pagar a Atlantic Nickel (b)	472	-	579
Contas a pagar a Mineração Vale Verde (b)	242	-	242
Contas a pagar a Detronic (c)	-	-	1.118
Outras contas a pagar	106	-	103
Total	820	-	2.042

(a) Ao longo de 2023 a GRB fez adiantamentos para a Detronic Energia e Serviços Ltda. de R\$36.441. Este valor está sendo consumido via serviços prestados pela Detronic para o gerenciamento das obras. O saldo deste adiantamento em 31 de dezembro de 2023 era de R\$29.763;

(b) Valores referentes a transações de centros de serviços compartilhados, como jurídico, TI e contabilidade;

(c) Valores a pagar para Detronic se referem a serviços prestados na gestão dos projetos e obras das controladas da GRB. Foram capitalizados R\$32.438 referentes aos serviços prestados pela Detronic no exercício de 2023.

Remuneração do pessoal-chave: Em 2023 a Companhia não remunerou os sócios-diretores qualificados no contrato social, que exercem as funções de Diretor Administrativo Financeiro e Diretor Presidente, cujas atribuições envolvem o poder de decisão e o controle das atividades das Sociedades.

7. Investimentos

As principais informações das participações societárias estão resumidas a seguir:

Controladas	Participação econômica %	Patrimônio líquido	31/12/2023		
			Prejuízo do exercício	Investimento	Equivalência patrimonial
SPE Detronic 1 Ltda.	100,00%	16.356	(33)	16.356	(33)
SPE Detronic 2 Ltda.	100,00%	19.084	(31)	19.084	(31)
SPE Detronic 3 Ltda.	100,00%	18.976	(51)	18.976	(51)
SPE Detronic 4 Ltda.	100,00%	12.264	(40)	12.264	(40)
SPE Detronic 5 Ltda.	100,00%	17.645	(60)	17.645	(60)
SPE Detronic 6 Ltda.	100,00%	16.218	(66)	16.218	(66)
SPE Detronic 7 Ltda.	100,00%	15.908	(34)	15.908	(34)
SPE Detronic 8 Ltda.	100,00%	17.249	(84)	17.249	(84)
SPE Detronic 9 Ltda.	100,00%	17.505	(33)	17.505	(33)
SPE Detronic 10 Ltda.	100,00%	17.125	(53)	17.125	(53)
Usina solar Inconfidentes II Ltda.	100,00%	1.038	(12)	1.038	(12)
Usina solar Inconfidentes III Ltda.	100,00%	504	(19)	504	(19)
Usina solar Inconfidentes V Ltda.	100,00%	1.189	(6)	1.189	(6)
Usina solar Inconfidentes X Ltda.	100,00%	841	(6)	841	(6)
Usina solar Inconfidentes XII Ltda.	100,00%	691	(9)	691	(9)
Usina solar Inconfidentes XIII Ltda.	100,00%	(6)	(6)	(6)	(6)
Usina solar Inconfidentes XIV Ltda.	100,00%	462	(6)	462	(6)
Usina solar Inconfidentes XV Ltda.	100,00%	(6)	(6)	(6)	(6)
Oitavas UFV locação solar S.A.	100,00%	(5)	(5)	(5)	(5)
Veredas consultoria empresarial Ltda.	100,00%	1.036	(19)	1.036	(19)
Total				174.074	(579)

Segue abaixo movimentação dos investimentos adquiridos pela GRB em 13 de março de 2023, via aumento de capital da RB Energia e Serviços Ltda. e Detronic Energia Investimentos e Participações Ltda., ambas sob controle comum:

Controladas	Participação econômica %	31/12/2022	Aportes	Equivalência patrimonial	31/12/2023
SPE Detronic 1 LTDA	100,00%	-	16.389	(33)	16.356
SPE Detronic 2 LTDA	100,00%	-	19.115	(31)	19.084
SPE Detronic 3 LTDA	100,00%	-	19.027	(51)	18.976
SPE Detronic 4 LTDA	100,00%	-	12.304	(40)	12.264
SPE Detronic 5 LTDA	100,00%	-	17.705	(60)	17.645
SPE Detronic 6 LTDA	100,00%	-	16.284	(66)	16.218
SPE Detronic 7 LTDA	100,00%	-	15.942	(34)	15.908
SPE Detronic 8 LTDA	100,00%	-	17.333	(84)	17.249
SPE Detronic 9 LTDA	100,00%	-	17.538	(33)	17.505
SPE Detronic 10 LTDA	100,00%	-	17.178	(53)	17.125
Usina solar Inconfidentes II LTDA	100,00%	-	1.050	(12)	1.038
Usina solar Inconfidentes III LTDA	100,00%	-	523	(19)	504
Usina solar Inconfidentes V LTDA	100,00%	-	1.195	(6)	1.189
Usina solar Inconfidentes X LTDA	100,00%	-	847	(6)	841
Usina solar Inconfidentes XII LTDA	100,00%	-	700	(9)	691
Usina solar Inconfidentes XIII LTDA	100,00%	-	-	(6)	(6)
Usina solar Inconfidentes XIV LTDA	100,00%	-	468	(6)	462
Usina solar Inconfidentes XV LTDA	100,00%	-	-	(6)	(6)
Oitavas UFV locação solar S.A.	100,00%	-	-	(5)	(5)
Veredas consultoria empresarial LTDA	100,00%	-	1.055	(19)	1.036
Total		-	174.653	(579)	174.074

8. Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia se refere a construções em andamento, custos incorridos com infraestruturas, equipamentos e serviços para construção das plantas de energia solar.

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	(+ Adições	Saldo em 31/12/2023
Construções em andamento	-	150.175	150.175
Adiantamentos a fornecedores para construções em andamento	-	5.489	5.489
Total	-	155.664	155.664

9. Intangível

O ativo intangível da Companhia se refere aos pareceres de acesso das controladoras. O saldo será amortizado de acordo com o período de concessão, em média 30 anos, a partir do momento em que as plantas de energia solar entrarem em operação.

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	(+ Adições	Saldo em 31/12/2023
Intangível	-	6.794	6.794
Total	-	6.794	6.794

10. Direito de uso / arrendamentos

As movimentações do ativo de direito de uso e do passivo de arrendamento são compostas por contratos de locação de imóveis rurais.

Os contratos têm duração média de 30 anos e a taxa incremental utilizada é 8%.

a) Abaixo a movimentação do ativo de direito de uso consolidado:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	(+ Adições	(-) Amortização	Saldo em 31/12/2023
Direito de uso	-	24.807	-	24.807
(-) Depreciação	-	-	(932)	(932)
Total	-	24.807	(932)	23.875

b) Movimentação do passivo de arrendamento:

Consolidado	Saldo em 31/12/2022	(+ Adições	(-) Pagtos	(+) Juros provisionados	Saldo em 31/12/2023
Passivo de arrendamento	-	24.807	(370)	496	24.933
Total	-	24.807	(370)	496	24.933

Circulante	331
------------	-----

Não circulante	24.602
-----------------------	---------------

c) Cronograma de vencimento do passivo de arrendamento não circulante:

De 2 a 5 anos	1.791
De 5 a 10 anos	3.398
De 10 a 20 anos	11.733
Acima de 20 anos	7.680
Total não circulante	24.602

11. Fornecedores

As obrigações com os fornecedores da Companhia são reconhecidas pelos valores das transações e liquidadas pelos pagamentos.

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
Fornecedores – Serviços	138	3	13.107
Fornecedores – Risco sacado (*)	-	-	2.789
Total	138	3	15.896

(*) A operação de risco sacado corresponde aos fornecedores que aderiram esta modalidade. A Companhia se beneficia pelo alongamento dos prazos a pagar quando o fornecedor eventualmente adere ao risco sacado. Os títulos relacionados a estas operações tem prazo médio de 3 meses.

12. Adiantamento para futuro aumento de capital

O adiantamento para futuro aumento de capital no passivo não circulante corresponde a adiantamentos dos sócios acionistas para futuro aumento de capital da companhia, conforme movimentação abaixo:

Controladora e consolidado

	Saldo em		Saldo em
	31 de dezembro de 2022	Adições	31 de dezembro de 2023
Clean Energy Solutions FIP	-	39.541	39.541
ANRH Coöperatief U.A. (1)	-	15.000	15.000
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	54.541	54.541

(1) No exercício de 2023, a ANRH Coöperatief U.A., empresa do grupo Appian, fez uma contribuição de R\$15.000 para a GRB. Este ativo da ANRH será cedido para a Clean Energy Solutions FIP, e integralizado em 2024.

13. Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023
IRRF a pagar	9	-	59
CSLL a pagar	3	-	3
CRF a pagar	878	-	934
ISS retido a pagar	-	-	240
INSS retido a pagar	-	-	164
Total	890	-	1.400

14. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2023, o capital social compreendia 1.343.431 mil quotas (mil em 2022), distribuídas entre os quotistas da seguinte forma:

	31/12/2023			31/12/2022		
	Ações (em milhares)	%	Capital social	Ações (em milhares)	%	Capital social
Clean Energy Solutions FIP	1.301.028	97%	149.721	-	0%	-
Detronic Energia Investimentos e Participações Ltda.	42.403	3%	11.065	1	100%	1
Total	1.343.431		160.786	1		1

Durante o exercício de 2023 foram aportados um total de R\$160.785 que representam 1.343.430 mil ações, conforme demonstrado na tabela abaixo:

Data	Ato societário	Clean Energy		Detronic		RB Energia		Total	
		Ações	R\$	Ações	R\$	Ações	R\$	Ações	R\$
26/07/2022	AGE	-	-	1	1	-	-	1	1
13/03/2023	ACS	-	-	16	16	2	2	18	18
21/03/2023	AGE	-	-	3.323	3.323	3.450	3.450	6.773	6.773
23/03/2023	AGE	-	-	3.452	3.452	(3.452)	(3.452)	-	-
28/03/2023	AGE	-	-	1	1	-	-	1	1
27/04/2023	AGE	129.082	1.320	-	-	-	-	129.082	1.320
27/04/2023	AGE	272.229	34.648	-	-	-	-	272.229	34.648
05/05/2023	ACA	-	-	14.328	1.581	-	-	14.328	1.581
31/10/2023	AGE	899.717	113.753	21.282	2.691	-	-	920.999	116.444
Total		1.301.028	149.721	42.403	11.065	-	-	1.343.431	160.786

b) Reserva de lucros

i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do art. 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo de reserva legal em 31 de dezembro de 2023 é R\$ 0.

ii) Reserva de retenção de lucros

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei 6.404/76, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Considera-se realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores:

- o resultado líquido positivo da equivalência patrimonial; e
- o lucro, rendimento ou ganho líquidos em operações ou contabilização de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte.

A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do art. 202 da Lei 6.404/76, serão considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que forem os primeiros a serem realizados em dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2023 o saldo da referida reserva é zero.

15. Despesas gerais e administrativas

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023
Serviços administrativos	(1.801)	(3)	(2.165)
Outros	(109)	-	(303)
Total	(1.910)	(3)	(2.468)

16. Resultado financeiro

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023
Receitas financeiras			
Rendimentos de aplicações financeiras	16	-	16
Total	16	-	16
Despesas financeiras			
Despesas bancárias	(7)	-	(28)
Imposto sobre operação financeira (IOF)	(3)	-	(3)
Total	(10)	-	(31)
Resultado financeiro	6	-	(15)

17. Gerenciamento de riscos e instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem operações envolvendo instrumentos financeiros, os quais se destinam a atender às suas necessidades operacionais. A administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias, estabelecimento de sistema de controles e determinação de limite de operação.

Não há realização de operações envolvendo instrumentos financeiros com finalidade especulativa.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Companhia não realiza operações com ativos

financeiros mensurados ao valor justo. Os fornecedores são classificados como mensurados ao custo amortizado. Seu valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo.

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023
Ativos financeiros			
Mensurados ao custo amortizado			
Aplicações financeiras - alta liquidez (Nota Explicativa nº 5)	40.591	1	40.959
Partes relacionadas a receber (Nota Explicativa nº 6)	-	-	29.763
Total	40.591	1	70.722

	Controladora 31/12/2023	Controladora 31/12/2022	Consolidado 31/12/2023
Passivos financeiros			
Mensurados ao custo amortizado			
Partes relacionadas a pagar (Nota Explicativa nº 6)	820	-	2.042
Fornecedores a pagar (Nota Explicativa nº 11)	138	3	15.896
Arrendamentos - direito de uso (Nota Explicativa nº 10)	-	-	24.933
Total	958	3	42.871

Hierarquia de valor justo

- Nível 1 – Utiliza preços observáveis (não ajustados) para instrumentos idênticos em mercados ativos, os quais a Companhia possa ter acesso na data de mensuração;
- Nível 2 – Utiliza preços observáveis em mercados ativos para instrumentos similares, preços observáveis para instrumentos idênticos ou similares em mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais os inputs são observáveis; e
- Nível 3 – Instrumentos cujos inputs significativos não são observáveis. A Companhia não possui instrumentos financeiros nesta classificação.

A Administração entende que os instrumentos financeiros representados acima não apresentam variações significativas em relação aos respectivos valores de mercados, pois:

- i) As taxas contratadas dos empréstimos e financiamentos para transações similares são próximas às taxas de juros atualmente praticadas no mercado, e/ou;
- ii) O vencimento de parte substancial dos saldos ocorre em datas próximas às dos balanços.

A Administração revisa, periodicamente, a estrutura de capital da Companhia. Como parte dessa revisão, a Administração considera o custo de capital, a liquidez de ativo, os riscos associados a cada classe de capital e o grau de endividamento da Companhia.

No curso normal das suas operações, a Companhia está exposto aos seguintes riscos relacionados aos seus instrumentos financeiros:

- i) Risco de mercado: é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de determinado instrumento financeiro oscilem devido às variações nas taxas de juros e índices de correção. O gerenciamento do risco de mercado é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia esteja exposto somente a níveis considerados aceitáveis de risco no contexto de suas operações;

ii) Risco de liquidez: é o risco de escassez de recursos para liquidar suas obrigações. O gerenciamento do risco de liquidez é efetuado com o objetivo de garantir que a Companhia possua os recursos necessários para liquidar seus passivos financeiros nas datas de vencimento.

O gerenciamento de riscos da Companhia é realizado pela Administração da Companhia, mediante análises de relatórios financeiros e previsões de fluxo de caixa.

i) Risco de mercado

A Administração monitora o comportamento de mercado das taxas futuras de juros com o objetivo de avaliar eventual necessidade de contratar instrumentos de proteção ao risco de volatilidade dessas taxas.

A administração desses riscos é realizada por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento ativo das taxas contratadas *versus* as vigentes no mercado.

Tais taxas foram estressadas em 25% e 50%, servindo de parâmetro para os cenários "A" e "B", respectivamente.

	Controladora			
	Valor do principal	Provável	Possível +25%	Remoto +50%
Premissas		CDI 13,04% a.a.	CDI 16,30% a.a.	CDI 19,56% a.a.
Caixa e equivalentes de caixa	40.591	45.884	47.207	48.531
Taxa: 9,15% do CDI		13,04%	16,30%	19,56%
Impacto líquido	40.591	45.884	47.207	48.531

	Consolidado			
	Valor do principal	Provável	Possível +25%	Remoto +50%
Premissas		CDI 13,04% a.a.	CDI 16,30% a.a.	CDI 19,56% a.a.
Caixa e equivalentes de caixa	40.959	46.300	47.635	48.971
Taxa: 9,15% do CDI		13,04%	16,30%	19,56%
Impacto líquido	40.959	46.300	47.635	48.971

	Controladora			
	Valor do principal	Provável	Possível -25%	Remoto -50%
Premissas		CDI 13,04% a.a.	CDI 9,78% a.a.	CDI 6,52% a.a.
Caixa e equivalentes de caixa	40.591	45.884	44.561	43.238
Taxa: 9,15% do CDI		13,04%	9,78%	6,52%
Impacto líquido	40.591	45.884	44.561	43.238

	Consolidado			
	Valor do principal	Provável	Possível -25%	Remoto -50%
Premissas		CDI 13,04% a.a.	CDI 9,78% a.a.	CDI 6,52% a.a.
Caixa e equivalentes de caixa	40.959	46.300	44.965	43.630
Taxa: 9,15% do CDI		13,04%	9,78%	6,52%
Impacto líquido	40.959	46.300	44.965	43.630

ii) Risco de liquidez

A responsabilidade pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração da Companhia, que revisa periodicamente as projeções de fluxo de caixa, através de estudo de cenários de stress e avalia eventuais captações necessárias, em linha com a estrutura de capital e nível de endividamento a serem mantidos pela Companhia.

A Companhia apresenta ativos financeiros (essencialmente representados por caixa, equivalentes de caixa), que considera suficientes para honrar seus compromissos decorrentes de suas atividades operacionais.

Em 31 de dezembro de 2023, a companhia possuía compromissos futuros já contratados para construção das plantas de energia solar no valor de R\$102.757. Esse montante refere-se ao contrato de EPC (*Engineering, Procurement and Construction*) celebrado com a Detronic.

A Administração tem como objetivo manter os índices de endividamento em linha com as exigências de seus contratos de arrendamentos.

A projeção dos juros a serem pagos até o final do vencimento são como segue:

	Controladora					
	31/12/2023					
	Fluxo de pagamento nominal					
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 20 anos	Acima de 20 anos	Total
31 de dezembro de 2023:						
Partes relacionadas a pagar (Nota Explicativa nº 6)	820	-	-	-	-	820
Fornecedores (Nota Explicativa nº 11)	138	-	-	-	-	138
Total	958	-	-	-	-	958

	Consolidado					
	31/12/2023					
	Fluxo de pagamento nominal					
	Até 1 ano	De 1 a 5 anos	De 5 a 10 anos	De 10 a 20 anos	Acima de 20 anos	Total
31 de dezembro de 2023:						
Partes relacionadas a pagar (Nota Explicativa nº 6)	2.042	-	-	-	-	2.042
Fornecedores (Nota Explicativa nº 11)	15.896	-	-	-	-	15.896
Arrendamentos (Nota Explicativa nº 10)	331	1.791	3.398	11.733	7.680	24.933
Total	18.269	1.791	3.398	11.733	7.680	42.871

Risco de câmbio

A Companhia não possui ativos e passivos indexados a moedas estrangeiras.

Risco de crédito

Esses riscos são administrados por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente. Adicionalmente, há análises específicas e normas para as aplicações em instituições financeiras e os tipos de investimentos ofertados no mercado financeiro.

Provisão para riscos

A Companhia registra provisões para fazer face aos seus passivos potenciais. Com base nas informações de assessores jurídicos, na análise dessas questões e atendendo à probabilidade de perda de cada ação judicial, quando necessário é constituído provisão considerada suficiente para fazer face a eventuais perdas, para as quais a saída de caixa seja provável.

Contudo, nos anos de 2023 e 2022 não existiram litígios movidos contra a Companhia, que requeassem a apresentação de valores prováveis ou possíveis em suas demonstrações financeiras.

18. Transações que não envolvem caixa

Durante o exercício de 2023, a Companhia realizou as seguintes atividades de investimentos e financiamento não envolvendo caixa, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

	Controladora 31/12/2023	Consolidado 31/12/2023
Capitalização da amortização de arrendamentos	-	932
Capitalização de juros sobre arrendamentos	-	496
Adições de arrendamentos ativo e passivo	-	24.807
Total	-	26.235

19. Eventos subsequentes

Em 2024, a Clean Energy Solutions FIP integralizou todo seu saldo de AFAC em aberto em 31 de dezembro de 2023. Até a data de emissão das demonstrações financeiras, foram integralizados R\$89.801 em 2024, sendo R\$7.621 via aumento de capital, e R\$82.180 via reserva de capital, conforme AGE de 15 de fevereiro de 2024, e AGE de 22 de abril de 2024.

A Companhia está em processo de captação de um *Project finance* com o banco Itaú BBA, por meio de emissões de notas comerciais. Em 30 de abril de 2024, foi realizado o *signing* da operação, no qual as SPEs foram oferecidas como garantia. Até a data de elaboração destas demonstrações financeiras, o *closing* e o *drawdown* do *Project finance* não foram concretizados.

* * *